

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Deputado Julio Arcoverde)

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações sobre as ações de segurança pública de âmbito federal voltadas ao Estado do Piauí.

Nesses termos, requisito resposta para os seguintes questionamentos:

- I. O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), instituído no âmbito do Ministério da Justiça, tem como objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência, especialmente aqueles destinados ao reequipamento, treinamento e à qualificação das polícias civis e militares, dos corpos de bombeiros militares e das guardas municipais; à modernização de sistemas de informações, de inteligência, investigação e de estatísticas policiais; à estruturação e modernização da polícia técnica e científica; à criação e ao melhoramento de programas de polícia comunitária e de prevenção ao delito e à violência. Para tanto, o ente federado precisa se comprometer com os seguintes resultados: realização de diagnóstico dos problemas de segurança pública e apresentação das respectivas soluções; desenvolvimento de ações integradas dos diversos órgãos de segurança pública; qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e das guardas municipais; redução da corrupção e violência policiais; redução da criminalidade e



insegurança pública e repressão ao crime organizado. Tendo em vista esses pressupostos:

- a. Qual a ordem dos recursos aportados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), nos biênios de 2019 a 2020 e de 2021 a 2022, para o reequipamento, treinamento e qualificação das forças policiais e do corpo de bombeiros militar do Estado do Piauí e da Guarda Municipal de Teresina?
 - b. Quais as soluções apresentadas pelo Estado do Piauí e pelo Município de Teresina para o enfrentamento dos problemas de segurança pública diagnosticados, especialmente para o combate ao crime organizado?
 - c. Qual a avaliação do MJSP, nos biênios de 2019 a 2020 e de 2021 a 2022, dos dados apresentados pelo Estado do Piauí e pelo Município de Teresina, no que couber, relativamente à qualificação das polícias civil e militar, do corpo de bombeiros militar e da guarda municipal, à redução da corrupção e violência policiais, à redução da criminalidade e à repressão ao crime organizado?
 - d. Qual o volume de recursos federais passível de repasse pelo Governo Federal, em 2023, aos sistemas de segurança pública do Estado do Piauí e do Município de Teresina?
- II. A cidade de Teresina é considerada a 40ª mais violenta do mundo, com 324 homicídios para uma população de pouco mais de 868 mil pessoas (taxa de 37,30), segundo dados da Organização não Governamental mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça. O Estado do Piauí, por sua



vez, teve, em 2022, 10% de alta no número de mortes violentas, a terceira maior do País, segundo dados do Monitor da Violência.

- a. O Estado do Piauí e o Município de Teresina estão em condições de receber o volume máximo de recursos previsto no FNSP, considerando as exigências constantes do regulamento desse mesmo Fundo para tal repasse?
- b. Segundo o diagnóstico do MJSP, qual o volume de recursos federais “per capita” necessários para o enfrentamento da violência no Estado do Piauí e na cidade de Teresina, especialmente o crime organizado?
- c. Qual a avaliação, com base em dados estatísticos e avaliativos do MJSP, da evolução das taxas de criminalidade no Estado do Piauí, em confronto com o volume de recursos federais encaminhados a essa unidade da Federação nos biênios de 2019 a 2020 e de 2021 a 2022?
- d. Qual a avaliação, com base em dados estatísticos e avaliativos do MJSP, da guarda municipal, do conselho de segurança pública e das ações de policiamento comunitário do Município de Teresina, em confronto com o volume de recursos federais encaminhados a essa unidade da Federação nos biênios de 2019 a 2020 e de 2021 a 2022?

Requisito, ainda, que o Ministério da Justiça e Segurança Pública anexe a documentação produzida relativamente aos questionamentos realizados, quando houver.



JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a “Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança”, prevê, no art. 1º do Anexo I, importantes obrigações desse Ministério:

- a. coordenar ações para o combate a infrações penais em geral, com ênfase em crime organizado e crimes violentos; coordenar e promover a integração da segurança pública no território nacional, em cooperação com os entes federativos (incisos XI);
- b. promover a integração e a cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública (inciso XII);
- c. elaborar planos e programas integrados de segurança pública visando à prevenção e repressão à criminalidade (inciso XIX);
- d. estimular e propor aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, com o objetivo de prevenir e reprimir a violência e a criminalidade (inciso XX);
- e. desenvolver estratégia comum baseada em modelos de gestão e de tecnologia que permitam a integração e a interoperabilidade dos sistemas de tecnologia da informação dos entes federativos, nas matérias que lhe foram afetas (inciso XXI);
- f. planejar, administrar, promover a integração e a cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, bem como articular com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de políticas penais (inciso XII).

Essa mesma norma atribui ao MJSP a competência para coordenar o Sistema Único de Segurança Pública (art. 1º, inciso XVII), que tem por



finalidade “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade” (nos termos do art. 1º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que “disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social [e] institui o Sistema Único de Segurança Pública [...]).

O mencionado Decreto nº 11.348, de 2023, instituiu, a propósito, uma diretoria exclusiva para conduzir o SUSP no âmbito do MJSP, dotada das seguintes competências:

Art. 25. À Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública compete:

I – atuar como órgão central do Sistema Único de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 13.675, de 2018;

II – coordenar o Sistema Único de Segurança Pública;

III – integrar as atividades dos órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública;

IV – criar diretrizes a serem seguidas pelos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública;

V – acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública;

VI – monitorar a execução e os resultados das políticas e das ações financiadas com recursos federais para a segurança pública e defesa social;

VII – articular, propor, formular e executar políticas de segurança pública e defesa social;

VIII – articular, propor e executar iniciativas destinadas à valorização dos profissionais de segurança pública e defesa social;

IX – identificar, destacar e fomentar a utilização de novas tecnologias e de boas práticas de inovação na área de segurança



pública e defesa social, com vistas ao fortalecimento e à modernização de suas instituições;

X – elaborar estudos e coordenar ações sobre normalização, certificação, metrologia, acreditação e gerenciamento de programas, de projetos, de produtos e de processos no âmbito da segurança pública e defesa social; e

XI – elaborar e fomentar ações de prevenção à violência e à criminalidade.

Ademais disso, a estrutura do MJSP alberga o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que tem o propósito de apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Esse Fundo dá suporte financeiro a diversos projetos na área de segurança pública (destinados, por exemplo, ao reequipamento, treinamento e à qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; à modernização de sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como da polícia técnica e científica, dentre outros), priorizando os entes federados que se comprometam com a realização de diagnóstico dos problemas de segurança pública e apresentação das respectivas soluções; o desenvolvimento de ações integradas dos diversos órgãos de segurança pública; a qualificação das polícias civis e militares, dos corpos de bombeiros militares e das guardas municipais; a redução da corrupção e violência policiais e a redução da criminalidade e insegurança pública e a repressão ao crime organizado.

Vale apontar que, para ter acesso aos recursos do FNSP, o ente federado deve ter instituído plano local de segurança pública, cumprir os prazos estipulados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e, no caso dos municípios, manter guarda municipal, conselho de segurança pública e realizar ações de policiamento comunitário.

Por isso, julgamos absolutamente importante, tendo em vista a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conhecer os dados



estatísticos e avaliações produzidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca da violência e dos sistemas de segurança pública do Estado do Piauí e do Município de Teresina, de maneira que possamos formar juízo técnico acerca da utilização dos recursos federais encaminhados a essas duas unidades da Federação.

O conhecimento dessas informações ganha relevo sobretudo em vista do relatório apresentado pela Organização não Governamental mexicana **Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal**, que relacionou a cidade de Teresina como a 40ª mais violenta do mundo, com 324 homicídios para uma população de pouco mais de 868 mil pessoas (disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/brasil-tem-10-municipios-em-ranking-mundial-de-cidades-mais-violentas/>. Acesso em 3 de março de 2023). O Estado do Piauí, por sua vez, teve, em 2022, 10% de alta no número de mortes violentas, a terceira maior do País, segundo dados do “Monitor da Violência” (disponível em <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/12/02/monitor-da-violencia-piaui-tem-quase-10percent-de-alta-nas-mortes-violentas-em-2022-3o-maior-aumento-do-pais.ghtml>. Acesso em 7 de março de 2023).

É preciso conhecer, da perspectiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que abriga o Fundo Nacional de Segurança Pública e tem competência para gerenciar o Sistema Único de Segurança Pública, a situação da segurança pública do Estado do Piauí e da cidade de Teresina, bem como conhecer a destinação dos recursos federais remetidos a essas duas unidades da Federação.

Por essas razões, faz-se necessário obter do Poder Executivo, com base no art. 50, § 2º, da Constituição, as informações imprescindíveis ao esclarecimento dessas relevantes questões, inclusive para a adoção das medidas judiciais e de controle externo que se revelarem cabíveis.

Sala das Sessões, em de março de 2023.



JULIO ARCOVERDE
Deputado Federal - PP/PI

8

Apresentação: 13/03/2023 09:47:58.407 - MESA

RIC n.459/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Arcoverde
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233706246400>

